

BASE DE ADM. E APOIO DO COMANDO MILITAR OESTE

Estudo Técnico Preliminar 358/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 65325008578/2025-53

2. Descrição da necessidade

2.1 A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais, equipamentos e insumos, mostra-se indispensável para assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e conservação das instalações do Pavilhão do 3º Grupamento de Engenharia, situado no interior do Forte Pantanal.

2.2 As instalações objeto da contratação não dispõem de efetivo próprio suficiente para a execução direta desses serviços, razão pela qual se justifica a terceirização, nos termos do art. 6º, inciso LIII, e do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Os serviços são classificados como contínuos, cuja interrupção comprometeria o funcionamento regular da Organização Militar, o atendimento ao público e a preservação do patrimônio público, caracterizando risco administrativo relevante.

2.3 A contratação do serviço será prestado com o fornecimento de materiais e equipamentos em conformidade com os requisitos e condições previamente estabelecidos neste estudo técnico preliminar, na forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global.

2.4 Os serviços continuados de limpeza e conservação são essenciais para que os militares e servidores civis possam desempenhar suas atividades regimentais a contento e para proporcionar condições para recebimento do público em geral, mantendo as condições mínimas de saneamento e salubridade ambientais, bem como para a preservação do patrimônio público. A interrupção de serviços desta natureza implica em sérios transtornos e compromete o funcionamento regular da unidade.

2.5 Esta contratação está baseada na análise da contratação realizada em 2025, dessa forma os dados referentes ao tamanho da área a ser limpa e a quantidade de materiais e equipamentos foram estimados conforme série histórica utilizada em contratação anterior de outras OM. Os serviços serão contratados com base na Área Física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado.

2.6 O quantitativo de serviço demandado encontra-se de acordo com a planta baixa predial, anexa ao processo, conforme a seguir:

Pavilhões do 3º Grupamento de Engenharia - SEDE (Pav Cmdo Piso Térreo e Piso Superior) - Av.D Caxias, 1628, Bairro Amambaí -Campo Grande/MS - CEP 79.100-900.						
Horário de funcionamento: de segunda a quinta-feira, das 07h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min e sexta-feira das 08h00min às 12h00min, obedecido o intervalo de almoço de 01h30min.						
Prédio	Pavimento	Identificação do ambiente	Tipo de área	Área (m²)	Plano de trabalho sugerido	FREQUÊNCIA
Pavilhão Cmdo	Térreo	WC Masc/ Fem	Áreas sanitárias	16,43	Diariamente	1
		Banheiro de St/Sgt	Áreas sanitárias	35,28	Diariamente	1
		Banheiro Cb/Sd	Áreas sanitárias	20,09	Diariamente	1
		Banheiro de Of Sup	Áreas sanitárias	21,72	Diariamente	1
		Banheiros de Cap /Ten	Áreas sanitárias	23,30	Diariamente	1

Subtotal do piso Térreo	116,82
-------------------------	--------

Prédio	Pavimento	Identificação do ambiente	Tipo de área	Área (m²)	Plano de trabalho sugerido	FREQUÊNCIA
Pav Cmdo	Piso Superior	WC Fem	Áreas sanitárias	13,18	Diariamente	1
		WC Cmt	Áreas sanitárias	4,92	Diariamente	1
		WC Oficiais	Áreas sanitárias	9,76	Diariamente	1
		WC visitantes	Áreas sanitárias	13,18	Diariamente	1
		WC St/Sgt	Áreas sanitárias	9,76	Diariamente	1
		WC CHEM	Áreas sanitárias	4,92	Diariamente	1
Subtotal do Pavilhão de Comando Militar do 3º Grupamento de Engenharia - Piso Superior				55,72		
ÁREA TOTAL do Piso Térreo e Superior				172,54		

2.7 A contratação para execução dos serviços, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, tem amparo nas normas e procedimentos contidos na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, no Decreto nº 9.507/18, e subsidiariamente, nas normas da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

2.8 Em atendimento ao estabelecido no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e analisando a Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, certifica-se que a natureza do serviço a ser contratado constitui de atividade de custeio. Conforme a Portaria - C Ex nº 1.280, de 30 de novembro de 2020, que dispõe sobre instâncias de governança para celebração ou prorrogação de contratos, no âmbito do Exército Brasileiro, ficam subdelegadas competências para autorizar a elaboração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, aos Ordenadores de Despesa das organizações militares para os contratos com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme o § 2º do Art. 4º da referida Portaria.

2.9 O crédito será descentralizado pela unidade gestora responsável (UG) 160073 Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), garantindo a disponibilidade dos recursos necessários para cobertura da despesa de custeio referente aos serviços de limpeza e conservação. Ressalta-se que a presente contratação decorre da necessidade de substituição da empresa anteriormente contratada, a qual não manifestou interesse em renovar o contrato anterior. Dessa forma, a despesa encontra-se devidamente prevista e compatível com a dotação orçamentária disponível, assegurando a continuidade dos serviços essenciais. Conforme previsto no DIEx nº 204-Sec Adm/ 3º Gpt E de 30 de junho de 2024

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
3º Grupamento de Engenharia	VIVALDO GUIMARÃES DE VASCONCELOS - Cel R/1

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Esta contratação está baseada na análise da contratação similar do 3º GPT E em anos anteriores, dessa forma os dados referentes à área a ser limpa, a quantidade de materiais e equipamentos, foram estimados conforme série utilizada em contratação anterior.

4.2 Os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local, objeto da contratação. Os serviços serão prestados nas dependências das instalações do Quartel General do Pavilhão do 3º Grupamento de Engenharia, situados no interior do Forte Pantanal, à Av. Duque de Caxias, nº 1628, bairro Amambai, cidade de Campo Grande-MS, CEP **79.100-900**, conforme tabelas de locais constantes em anexos próprios.

4.3. A metodologia de referência para a contratação de serviços de limpeza e conservação será compatível com a produtividade de referência estabelecida na Instrução Normativa nº 5/2017.

4.4 A prestação do serviço de conservação e limpeza das instalações caracteriza-se por ser continuada, em regime de trabalho de **40 horas semanais**, segunda a quinta 9 horas diárias e sexta-feira: 4 horas, sem vinculação empregatícia, devido à necessidade de continuação do serviço, em caráter permanente enquanto durar o contrato.

4.5 Para a execução dos serviços nas áreas internas do Pavilhão do 3º Grupamento de Engenharia, a contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes à seguinte categoria de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO: **Servente de Limpeza 5143-20**.

4.6 O prazo de vigência do contrato será de 12 meses (01 ano), contado da assinatura do contrato, prorrogado por até 10 anos, conforme o artigo 106, II, da Lei 14.133, de 2021.

4.7 Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, optou-se pela Conta-Depósito Vinculada, em atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017.

4.8 VEDAÇÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.8.1. O objeto a ser licitado apresenta baixo valor e complexidade, não existindo restrição a competitividade, por isso não há necessidade das empresas reunirem-se em consórcio para atender aos requisitos de Edital e Anexos.

4.8.2. VEDAÇÃO PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

4.8.3 Vedou-se para atender ao Termo de Conciliação Judicial Firmado Entre O Ministério Público Do Trabalho e a União conforme: CLÁUSULA PRIMEIRA - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles: – Serviços de limpeza;

4.9 Por ocasião da assinatura do Contrato, a contratada deverá confeccionar Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, modelo anexo, visando atender às exigências previstas nos Decretos, Ordens de Serviços e Instruções Normativas oriundas do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, como objetivo de avaliar as atividades a serem desenvolvidas pelos empregados no exercício de todas as suas funções e ou atividades, determinando se os mesmos estiverem expostos a agentes nocivos, com potencialidade de causar prejuízo à saúde ou a sua integridade física, em conformidade com os parâmetros estabelecidos em legislação vigente (ANEXO IV – DECRETO 3.048, DE 07 DE MAIO DE 1999).

4.9.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 8ª Edição - 2025:

4.9.2- USO RACIONAL DA ÁGUA

A Contratada deverá capacitar seu pessoal quanto ao uso racional da água;

A Contratada deverá adotar medidas para se evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, de 08/10 /03;

Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da Contratada, esperadas com essas medidas;

Sempre que adequado e necessário, a Contratada deverá utilizar-se de equipamento de limpeza com jatos de vapor de água saturada sob pressão. Trata-se de alternativa de inovação tecnológica de cuja utilização será precedida de avaliação pelo Contratante das vantagens e desvantagens. Em caso de utilização de lavadoras, sempre adotar as de pressão com vazão máxima de 360 litros/hora;

Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água.

4.9.3 - USO RACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

Durante a limpeza noturna, quando permitida, acender apenas as luzes das áreas que estiverem sendo ocupadas;

Comunicar ao Contratante sobre equipamentos com mau funcionamento ou danificados como lâmpadas queimadas ou piscando, zumbido excessivo em reatores de luminárias e mau funcionamento de instalações energizadas;

Sugerir, ao Contratante, locais e medidas que tenham a possibilidade de redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias etc;

Ao remover o pó de cortinas ou persianas, verificar se estas não se encontram impedindo a saída do ar condicionado ou aparelho. Verificar se existem vazamentos de vapor ou ar nos equipamentos de limpeza, sistema de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas em aspiradores de pó, enceradeiras, etc.;

Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes dos aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras.

Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas; e

Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pelo Contratante.

4.9.4- REDUÇÃO DE PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Utilizar o Programa de Coleta Seletiva já implementado no âmbito do Forte Pantanal, nos termos da Portaria nº 47, de 23 de março de 2012;

Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais: pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica; pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

4.9.5 - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

Manter critérios para aquisição e uso de produtos biodegradáveis;

Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários de cuja aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio;

Manter critérios de qualificação de fornecedores levando em consideração as ações ambientais por estes realizadas;

Observar, rigorosamente, quando da aplicação e/ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento das prescrições do artigo 44, da Lei nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e do artigo 67, do Decreto nº 79.094 de 05 de janeiro de 1977, as prescrições da Resolução Normativa nº 1, de 25 de outubro de 1978, de cujos itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e do Contratante;

Não utilizar na manipulação, sob nenhuma hipótese, os corantes da Portaria nº 9, de 10 de abril de 1987, em face de que a relação risco x benefício pertinente aos corantes relacionados é francamente desfavorável a sua utilização em produtos de uso rotineiro por seres humanos;

Fornecer saneantes domissanitários devidamente registrados no órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde (artigos 14 e 15, Decreto 79.094, 05 de janeiro de 1977, que regulamenta a Lei 6.360, 23 de setembro de 1976).

Não se utilizar na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001, de saneantes domissanitários de Risco I, listados pelo art. 5.º da Resolução 336, de 30 de julho de 1999;

Fica terminantemente proibida a aplicação de saneantes domissanitários fortemente alcalinos apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, tais como produtos para limpeza de fornos e desincrustação de gorduras, conforme Portaria DISAD - Divisão Nacional de Vigilância Sanitária nº 8, de 10 de abril de 1987;

Observar a rotulagem quanto aos produtos desinfetantes domissanitários, conforme Resolução RDC nº 174, de 08 de julho de 2003, e os anexos 4 e 5 da Portaria 321/MS/SNVS, de 08 de agosto de 1997.

Somente aplicar saneantes domissanitários de cujas substâncias tensoativas aniônicas, utilizadas em sua composição sejam biodegradáveis, conforme disposições da Portaria. Nº 874, de 05 de novembro de 1998, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários; em face da necessidade de ser preservada a qualidade dos recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde; necessidade de evitar que a flora e fauna sejam afetadas negativamente por substâncias sintéticas; atual estágio de conhecimento do grau de biodegradabilidade das substâncias tensoativas aniônicas;

Considera-se biodegradável a substância tensoativa susceptível de decomposição e biodegradação por microorganismos; com grau de biodegradabilidade mínimo de 90%; fica definido como referência de biodegradabilidade, para esta finalidade, específica o dodecilbenzeno sulfonato de sódio. A verificação da biodegradabilidade será realizada pela análise da substância tensoativa aniônica utilizada na formulação do saneante ou no produto acabado;

O Contratante poderá coletar uma vez por mês e sempre que entender necessário, amostras de saneantes domissanitários, que deverão ser devidamente acondicionadas em recipientes esterilizados e lacrados, para análises laboratoriais.

Os laudos laboratoriais deverão ser elaborados por laboratórios habilitados pela Secretaria de Vigilância Sanitária. Deverão constar obrigatoriamente do laudo laboratorial, além do resultado dos ensaios de biodegradabilidade, resultados da análise química da amostra analisada.

Quando da aplicação de álcool, deverá se observar a Resolução RDC nº 46, de 20 de fevereiro de 2002 que aprova o Regulamento Técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro;

Fica terminantemente proibida a aplicação de produtos que contenham o Benzeno, em sua composição, conforme Resolução - RDC nº 252, de 16 de setembro de 2003, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população face aos riscos avaliados pela IARC - International Agency Research on Cancer, Agência de pesquisa referenciada pela OMS - Organização Mundial de Saúde, para analisar compostos suspeitos de causarem câncer, e a categorização da substância como cancerígena para humanos; necessidade de resguardar a saúde humana e o meio ambiente e considerando os riscos de exposição, incompatível com as precauções recomendadas pela Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1977 e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, face aos riscos oferecidos.

Fica proibida a aplicação de saneantes domissanitários que apresentem associação de inseticidas a ceras para assoalhos, impermeabilizantes, polidores e outros produtos de limpeza, nos termos da Resolução Normativa CNS nº 01, de 04 de abril de 1979.

Os produtos químicos relacionados pela CONTRATADA, de acordo com sua composição, fabricante e utilização, deverão ter registro no Ministério da Saúde e serem comprovados mediante apresentação de cópia reprográfica autenticada (frente e verso) do Certificado de Registro expedido pela Divisão de Produtos (DIP ROD) e/ou Divisão de Produtos Saneantes Domissanitários (DIS AD), da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

Recomenda-se que a CONTRATADA utilize produtos detergentes de baixas concentrações e baixos teores de fosfato; Apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com empregados da Contratada, ou com terceiros;

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, substituindo substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

4.9.6 - POLUIÇÃO SONORA

Para seus equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, como forma de indicação do nível de potência sonora, medido em decibel - Db(A), conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição; a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

Todos os materiais de segurança individual (botas, luvas, máscaras, cintos de segurança, cordas, etc.) exigidos pela legislação deverão ser fornecidos pela CONTRATADA;

De acordo com as características do trabalho a ser desenvolvido, mesmo que eventualmente, deverão ser fornecidos equipamentos de segurança conforme quadro abaixo.

Caso exista necessidade do uso de outros materiais não listados abaixo, a responsabilidade do fornecimento será da CONTRATADA;

- ITEM EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

1 Luva de látex/borracha própria para limpeza

2 Luva de procedimento em látex descartável

3 Máscara descartável

4 Óculos translúcido de proteção contra partículas

5 Protetor solar FPS 30

6 Protetor auricular descartável tipo plug

7 Avental de PVC

4.9.7 As atividades objeto da contratação não configuram trabalho em altura, nos termos da Norma Regulamentadora nº 35 (NR-35), não sendo devido adicional de periculosidade. Os serviços previstos correspondem às atribuições típicas de servente de limpeza (CBO 5143-20), executadas em áreas 6 de 14 internas e externas de fácil acesso, sem risco ocupacional associado a altura superior a 2 metros. Ressalta-se que o adicional de periculosidade é aplicável apenas às atividades exclusivas de limpador de vidros, conforme acordo coletivo vigente, não se enquadrando nas funções ora contratadas.

4.10 Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de 8 (oito) %, conforme orientação do 9º Centro de Gestão, Contabilidade Finanças do Exército, previsto no DIEx nº 3207-S1/9ºCGCFEX de 21 de agosto de 2025.

4.11 Os termos presentes no item 19 - Limpeza e Conservação (serviços), do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, estão presentes no Termo de Contrato no item 9.57.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Considerando que os serviços serão prestados durante 12 meses/ano e 5 dias/semana, faz-se necessária a dedicação exclusiva de mão-de-obra. Isto posto, pode-se visualizar 3 soluções para a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação, com dedicação exclusiva de mão-de-obra:

5.1.1 Contratação de serviços com fornecimento de insumos nas quantidades e periodicidades preestabelecidas: Os insumos são fornecidos em quantidades e periodicidades preestabelecidas. Esta metodologia é utilizada no contrato por vários órgãos.

5.1.2. Contratação de serviços com fornecimento de insumos sob demanda: Nesta metodologia, os insumos serão fornecidos à medida e na quantidade que a Administração necessitar.

5.1.3 Contratação de serviços sem fornecimento de insumos: Esta metodologia implica na realização de outras licitações para a aquisição dos insumos necessários para a prestação dos serviços. Tal característica pode ocasionar a paralisação dos serviços por falta de insumos (em virtude de cancelamento de itens durante o pregão, atraso na entrega etc.) e requer um maior esforço por envolver uma empresa prestadora de serviços e vários fornecedores de insumos.

5.2 Diante da complexidade do objeto e os resultados obtidos com a contratação vigente, optou-se por manter a solução, por estar em conformidade com as necessidades do órgão e com as normas relativas ao objeto. Foram analisadas as contratações efetuadas pelos órgãos federais, registrados no portal de compras do governo federal, onde se verificou que, assim como a contratações vigente de Organizações Militares da Guarnição de Campo Grande, também foi utilizada a metodologia de contratações por licitação na modalidade pregão eletrônico, obtendo uma relação custo-benefício bastante vantajosa para a administração.

5.3 A solução escolhida é a contratação de serviços com fornecimento de insumos nas quantidades e periodicidades preestabelecidas. Entendemos que esta é a melhor solução, uma vez que prevê que os insumos serão fornecidos nas quantidades e periodicidades preestabelecidas, o que permite a a prestação dos serviços sem paralisação por falta de insumos. Por fim, entendemos que esta solução permite um maior controle relativo ao cumprimento do contrato.

5.4 Foi realizada pesquisa de mercado no município de Campo Grande/MS, por meio da qual se constatou a existência de mais de três microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) aptas e devidamente qualificadas para atender às especificações relativas à prestação dos serviços de limpeza e conservação predial. Cito:

- MS Limpeza e Conservação - CNPJ 49.138.770/0001-94;
- JNM Prestadora de Serviços LTDA - CNPJ 11.020.016/0001-82;
- Morhena - Limpeza, coleta e logística – Limpeza especializada, coleta e logística integrada - CNPJ 14.335.393/0001-07;
- Clarear Prestadora de Serviços LTDA – Serviços de limpeza e conservação com ótimo índice de satisfação - CNPJ 02.818.890/0001-79.

5.4.1 Diante desse cenário, verifica-se a viabilidade jurídica e fática de estabelecer a participação exclusiva de ME/EPP no certame, em conformidade com o disposto no Decreto nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado a ser dispensado a essas empresas nas contratações públicas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução escolhida consiste na contratação de serviços de limpeza e conservação com fornecimento de insumos nas quantidades e periodicidades preestabelecidas. Esta modelagem é considerada a mais adequada pois garante a continuidade da prestação dos serviços, mitigando o risco de paralisações por falta de materiais essenciais e permitindo um controle mais rigoroso sobre o cumprimento do contrato dos serviços de higienização e limpeza das dependências do Comando Militar do Oeste e do Centro de Coordenação de Operações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, de variadas naturezas.

Para a viabilização desta solução, adotou-se a seguinte estratégia de seleção e julgamento:

- Modalidade e Fundamentação: A escolha recai sobre o Pregão, em sua forma eletrônica, visto tratar-se de serviços comuns de engenharia /serviços comuns. Os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste estudo e no Termo de Referência (TR), conforme o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.
- Critério de Julgamento: Adotou-se o Menor Preço. Dado que o objeto possui especificações técnicas padronizadas e frequências bem definidas, a disputa por preço não compromete a qualidade mínima exigida, assegurando a economicidade e a eficiência administrativa.
- Modo de Disputa: Será utilizado o modo Aberto e Fechado. Esta escolha visa maximizar a competitividade na fase inicial e garantir a seriedade da proposta final na fase fechada, coibindo lances irrisórios que possam comprometer a exequibilidade futura do contrato.

6.2 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 6.2.1 Quantitativo de usuários: 110 (cento e dez) pessoas, conforme relação de efetivo da Ajudância Geral do 3º Gpt E;
- 6.2.2 Horário de funcionamento do órgão e **horário em que deverão ser prestados os serviços**: de segunda a quinta-feira, das 07h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min e sexta-feira das 07h00min às 11h00min e intrajornada: 01 (uma) hora e interjornada maior que 11 (onze) horas.

6.3 INSTALAÇÕES:

6.3.1 ÁREA FÍSICA TOTAL:

ÁREA FÍSICA OBSERVAÇÃO

Somatório da Áreas (internas e áreas envidraçadas) a serem limpas do Pavilhão do Comando Militar do 3º Grupamento de Engenharia.

ÁREAS	Tipo de área	Área (m²)
INTERNAS	Áreas sanitárias	172,54

6.3.2 Para a execução dos serviços nas áreas do Pavilhão do Comando Militar do 3º Grupamento de Engenharia, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às seguintes categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

ATIVIDADE OU SERVIÇO CÓDIGO OCUPAÇÃO

Servente de Limpeza - 5143-20 Servente

6.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 mes(es) contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5 Fica estabelecido que o contrato poderá sofrer um reequilíbrio econômico quando da publicação de novas Portarias no exercício da contratação, com os valores de referência para os serviços de limpeza.

6.6 A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, por um período de 12 (doze) meses.

6.7 Os serviços deverão ser executados nas dependências do Pavilhão do Comando Militar do 3º Grupamento de Engenharia, situado na Av Duque de

Caxias, 1628 - Bairro Amambá - Campo Grande - MS CEP - 79.100-900 (telefones: (067) 3368- 4550).

6.8 Horário de funcionamento do órgão e horário em que deverão ser prestados os serviços: de segunda a quinta-feira, das 07h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min e sexta-feira das 08h00min às 12h00min, obedecido o intervalo de almoço de 01h30min.

6.9 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.9.1 ÁREAS INTERNAS

6.9.1.1 DIARIAMENTE, UMA VEZ AO DIA

6.9.1.1.2 Proceder à lavagem, desinfecção e desodorização dos sanitários com saneantes domissanitários: pisos, metais, bacias /cubas/pias (bancadas), divisórias assentos, vasos sanitários, mictórios, paredes e portas;

6.9.1.1.4 Varrer, passar pano úmido e polir os balcões de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;

6.9.1.1.7 Abastecer com papel toalha, papel higiênico, desodorizante sanitário e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;

6.9.1.1.9 Deverá ser procedida a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação específica; 6.9.1.1.10 É vedado o acondicionamento conjunto de resíduos recicláveis com não recicláveis, orgânicos ou com rejeitos;

6.9.1.1.11 Os resíduos recicláveis não deverão ser encaminhados para a coleta seletiva da Municipalidade, nos termos do Decreto 5.940, de 2006;

6.9.1.1.12 Remoção do lixo não reciclável, orgânico ou com rejeitos, acondicionando-o em saco plástico de cem litros e removendo-o para local indicado pelo CONTRATANTE;

6.9.1.1.19 Limpeza de caráter eventual e de atendimento extraordinário e imediato, sempre que se fizer necessário.

6.9.1.2 DIARIAMENTE, DUAS VEZES AO DIA:

6.9.1.2.1 Limpar com saneantes domissanitários os sanitários, os pisos dos banheiros,

6.9.1.3 SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.9.1.3.3 Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica, dos banheiros;

6.9.1.3.7 Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, fechaduras, etc., dos banheiros;

6.9.1.3.8 Limpeza de ralos e sifões de pias;

6.9.1.3.11 Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana, dos banheiros;

6.9.1.3.13 Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas de vidro, dos banheiros; e

6.9.1.3.14 Execução dos demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

6.9.1.4 MENSALMENTE, UMA VEZ

6.9.1.4.1 Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, dos banheiros;

6.9.1.4.2 Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados, dos banheiros;;

6.9.1.4.4 Remover manchas de paredes, dos banheiros;;

6.9.1.4.5 Lavagem de todas as paredes internas laváveis e dos azulejos das dependências sanitárias;

6.9.1.4.7 Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês; e

6.9.1.4.8 Execução dos demais serviços considerados necessários à frequência mensal.

6.9.1.5 ANUALMENTE, UMA VEZ QUANDO NÃO EXPLICITADO:

6.9.1.5.2 Limpar, pelo menos duas vezes ao ano, os ralos de pias e pisos dos banheiros;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Com o advento da IN 05/2017 SEGES/MPDG, a qual promoveu a alteração das produtividades de referência para os serviços de limpeza, verifica-se que a contratação deste tipo de serviço por metragem quadrada e de forma continuada, configura-se na maneira mais eficiente para esta unidade.

7.2 Em razão das características de funcionamento da instituição é indispensável a prestação continuada dos serviços, de modo que os ambientes estejam sempre limpos e higienizados.

7.3 A definição das quantidades a serem contratadas foi obtida por meio da definição das áreas internas a serem limpas e conservadas no pavilhão do Comando do 3º Grupamento de Engenharia.

7.4 Conforme o índice de produtividade de cada empresa e atendendo aos índices previstos no item 3 do Anexo VI-B, da IN no 05, 26/05/17, o quantitativo estimado de mão de obra a ser utilizado na prestação do serviço suficiente para a limpeza das áreas é de 1 (um) Servente de Limpeza.

7.5 As quantidades estimadas de materiais, equipamentos, uniformes a serem utilizados na prestação dos serviços, bem como suas especificações, foram definidas com base no histórico de consumo e em informações dos usos obtidas em contrato anterior.

7.6 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

7.7.1 Materiais de consumo

Item	Descrição do material de limpeza	Unidade	Quantidade estimada MENSAL	Quantidade estimada ANUALMENTE

7	292730 - Água sanitária de 1ª qualidade	L	4	48
8	481012 - Álcool Etílico Limpeza De Ambientes Tipo:, 70º	L	4	48
9	470966 - Limpa vidros	Fr 500 ml	5	60
10	293181 - Cera Tipo: Líquida , Cor: Incolor Leitoso	Bomboia 5 Lts	1	12
11	612086 - Desinfetante líquido aromatizado	L	8	96
12	307360 - Desodorizador Essência: Flora	Fr 360 ml	4	48
13	484680 -Desodorizador sanitário 25g	Cx 3 Und	10	120
14	463157 -Detergente líquido 1ª qualidade para piso	L	4	48
15	254833 - Vassoura de teto	Und	2	12
16	603493 - Esponja Limpeza Material	Und	3	36
17	223534 - Flanela Tecido	Und	3	36
21	345985 - Pano de chão	Und	4	48
24	477057 - Pá Coletora Lixo Material Coletor:	Und	2	6
26	298406 - Sabão em barra 1ª qualidade	Pct c/ 5 und	1	6
27	470832 - Saco Plástico Lixo Capacidade: 60 L, Cor: Preta ,	Pct c/ 100 und	2	12
28	481090 - Saco Plástico Lixo Capacidade: 100 L, Cor: Preta	Pct c/ 100 und	2	12
	236605 - Saponáceo Composição: Detergente , Aplicação: Limpeza Pisos,			

29	Paredes E Louças , Características Adicionais:Biodegradável	Fr 300 ml	4	24
30	344460 - Vassoura Material Cerdas 40 cm	Und	3	18
32	406214 - Vassoura Material Cerdas: Náilon , Material Cepa: Polipropileno , Comprimento Cepa: 25 CM,	Und	3	18
33	449821 - Vassoura Material Cerdas: Piaçava Sintética , Material Cepa: Polipropileno , Comprimento Cepa: 60 CM	Und	3	18
34	241711 - Desentupidor Vaso Sanitário Material: Borracha Flexível	Unid	2	6
39	448501 - Escova Limpeza Geral Material Corpo: Madeira , Material Cerdas: Náilon	Und	1	12
40	234718 - Escova Enceradeira Material Cerdas: Náilon , Diâmetro: 400 MM, Aplicação: Encerradeira Industrial	Und	2	24
41	278323 - Vassourinha Material Cerda: Náilon , Material Cabo: Plástico , Aplicação: Limpeza Sanitário	Und	30	30
42	481018 - Esponja Limpeza Material: Lã Aço , Aplicação: Limpeza Geral	pct com 8 und	8	48
47	381531 - Balde Material: Plástico , Material Alça: Arame Galvanizado , Capacidade: 10 L, Cor: Preta	Unid	1	12
51	471300 - Rodo Material Cabo: Madeira, Refil para rodo 60 cm de borracha com cabo grande	Und	2	4

7.7.2 Utensílios e equipamentos de limpeza a serem fornecidos anualmente, ou quando necessários.

--	--	--	--

Item	Descrição do equipamento	Unidade	Quantidade Estimada
1	602671 -Aspirador de pó e água c/ capacidade de 14 L, 110 V, Potência 1400	UNIDADE	1
2	607557 - Escada de alumínio paralela c/ 8 degraus e pés emborrachados antiderrapantes	UNIDADE	1
3	428486 - Extensão elétrica, comprimento 15 m para uso com a lavadora de alta pressão	UNIDADE	1
4	298356 - Carro de limpeza multifuncional	UNIDADE	1
5	462874 - Lavadora alta pressão, 1800 PSI, Vazão: 300 L/H, Tensão: 110/220 V	UNIDADE	1
6	602039 - Conjunto para limpeza (MOP)	UNIDADE	1
35	455723 - Mangueira alta pressão tensão, 50 m	UNIDADE	1
36	293180 - Enceradeira profissional 400 cm de diâmetro aproximadamente, 110 /220 V	UNIDADE	1
56	453105 - Cavalete Sinalização piso molhado	UNIDADE	3
57	Pulverizador Portátil Material: Plástico Capacidade: 1 L	UNIDADE	2

7.7.3 Equipamentos de Proteção Individual (EPI):

Item	Descrição dos EPI's	Unidade	Quantidade estimada
19	366699-Luva Borracha Material: Látex , Antiderrapante , Tipo: Cano Longo	par	4
43	619861-Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico	Par	48
44	618293-Óculos de Proteção	Unidade	2
46	481400-Avental de PVC	Unid	2
53	618290-Protetor Auricular Tipo Concha: Plugue	Unid	6
54	405875-Protetor solar FPS 30	Unid	12
55	483888-Máscara Descartável Uso Geral	Unid	48

7.7.4 ESTIMATIVA ANUAL DE UNIFORMES POR FUNCIONÁRIO

--	--	--	--	--

Item	Descrição dos uniformes	Unidade	Quantidade estimada	Vida útil (Mês)
48	276197-CALÇA, MATERIAL:BRIM, MODELO:UNISSEX (PESQUISA NO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO - SAG)	Unidade	4	12
48	276197-CAMISA UNIFORME, MATERIAL:100% ALGODÃO, TIPO MANGA:MEIA MANGA (PESQUISA NO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO - SAG)	Unidade	4	12
49	618448-Par de botas de borracha antiaderrapante (PESQUISA NO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO - SAG)	par	2	12
50	613463-Cartão identificação, PVC, c/ cordão	Unidade	1	12
52	4857Meias	par	4	12

7.8 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

7.9 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

7.9.1 Calças em sarja/brim com elástico no cós em 100% algodão – para homens, e para mulheres calça modelo feminino no mesmo tecido e cor;

7.9.2 Camisetas de manga curta – tecido 100% algodão para homens – para mulheres camiseta modelo feminino no mesmo tecido e cor, (com logotipo da empresa);

7.9.3 BOTAS – Devem ser de PVC, impermeáveis, resistentes, de cor clara, com cano 3/4 e solado antiderrapante; (01 par por semestre por colaborador)

7.9.4 TÊNIS OU SAPATOS – Devem ser do tipo profissional, fechados, impermeáveis e resistentes, com solado antiderrapante; (01 par por ano por colaborador)

7.9.5 MEIAS; (4 pares por colaborador)

7.9.6 01 (um) cartão de identificação em PVC personalizado da empresa. (01 por semestre por colaborador)

7.10 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros mínimos, conforme o padrão das normas do Ministério do Trabalho:

7.11 O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

7.12.1 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituídos 02 (dois) conjuntos completos de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

7.13.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados. Fornecer uniformes apropriados às empregadas gestantes em até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita do fiscal do contrato.

7.14.3 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 66.721,11

8.1 A Instrução Normativa no 65/SEGES/ME, de 07 de julho de 2021, que disciplina a pesquisa de preço nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente processo, foi utilizado os incisos I do artigo 5o.

8.1.2 O valor adotado como Preço de Referência da licitação é aquele resultante da Planilha de Custos e Formação de Preços, elaborada pela Administração. A planilha foi elaborada levando-se em conta os atuais salários normativos, os tributos, os valores de vale transporte do município, os valores dos insumos, uniformes e equipamentos a serem entregues.

8.2 O preço dos insumos foi pesquisado usando o www.compras.gov.br do Governo Federal no endereço eletrônico: < <https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/manter-cotacao-basica/358114>.

8.3 O salário normativo a ser adotado é o das Convenções Coletivas de Trabalho SEAC-MS, para a função de “Servente de Limpeza”, CBO no 5143-20, com abrangência para o município de Campo Grande/MS. A convenção Coletiva utilizada é a registrada no MTE sob o número MS000001/2026. O salário normativo para 44 horas semanais é R\$ 1.651,00. Na planilha ele deve ser proporcionalizado para 40 horas semanais.

8.3.1 Sem embargo do exposto, o art. 4º, caput, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, passou a permitir que, nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a jornada semanal de trabalho de 44h estabelecida em acordo individual escrito, convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou dissídio coletivo possa ser reduzida para 40h, sem prejuízo da remuneração do trabalhador

8.4 Cabe ressaltar que, em conformidade com o que dispõe a IN MPDG no 5/2017, os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado. A partir das planilhas, obteve-se os seguintes valores estimados para a contratação:

8.5.1 Custo mensal estimado do contrato por mês, é de R\$ 5.560,09

8.5.2 Custo total estimado para 12 (doze) meses é de R\$ 66.721,11

8.5.3 Convém destacar que, embora seja feita uma pesquisa de preços, de uma maneira geral, ela é apenas estimativa, não representando obrigação nenhuma por parte do fornecedor de mantê-la em sua proposta para a licitação. Assim, o parâmetro que de fato, servirá, será a tabela de limites máximos estipulada pela Instrução Normativa no 5, de 26 de maio de 2017 ou outra que vier a substituí-la, não sendo possível, a contratação de empresas cujos valores sejam superiores ao descrito na norma legal.

8.6 Limites máximos para contratação dos serviços de limpeza:

8.6.1 Os valores máximos por metro quadrado foram estimados pela Administração com base nas produtividades e valores previstos na Instrução Normativa no 5, de 26 de maio de 2017.

Descrição detalhada das Áreas.

Área do Pavilhão de Comando:

Piso Térreo/Sanitários					
Material	Aloj Cb/Sd	Aloj Of/Sup	Aloj Cap/Ten	Aloj St/Sgt	Aloj Sanitário Fem
Vasos Sanitários	02	03	03	05	02
Pia mármore	01	01	01	01	01
Cubas	04	04	04	05	03
Lavatório	0	0	0	1	0
Mictórios	01	02	02	02	-
Espelhos	04	04	04	05	03
Ralos	02	02	03	03	01
Chuveiros	04	02	03	06	01

Piso Superior/Sanitários						
Material	Gab Cmt	Gab CHEM	Of/Sup	St/Sgt	Sanitário Fem	Visitantes
Vasos Sanitários	01	01	02	02	03	02
Pia mármore	01	01	02	01	01	01
Cubas	01	01	01	01	02	02
Mictórios	0	0	01	02	-	01
Espelhos	01	01	02	02	02	02
Ralos	01	01	01	01	01	01
Chuveiros	01	01	0	0	0	0

ÁREA TOTAL: 172,54 m²

Obs: Para composição do Valor de Referência da contratação, foi utilizada a **Produtividade Mínima** conforme estabelece a letra B do item 1 do Anexo VI-B da IN 05/2017.

8.6.2 Os valores acima citados se referem aos limites máximos para contratação de mão de obra, não estando contempladas as excepcionalidades desta contratação. Assim, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.

8.7 Os valores utilizados na composição do Estudo Técnico Preliminar foram estimados pela administração por meio da planilha de custos com base em pesquisa de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA (SÚMULA 247 DO TCU)

9.1.1. Em obediência ao § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, transcrito para o Art 40º Inciso V, alínea b, a regra geral nas licitações públicas é o parcelamento do objeto visando a ampliação da competitividade. Contudo, a própria legislação e a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelecem que o parcelamento não deve ser adotado quando houver prejuízo para o conjunto ou perda de economia de escala, ou ainda quando a unicidade for necessária para garantir a padronização e a responsabilidade técnica. No caso em tela, trata-se da contratação de Serviços Contínuos de Asseio e Conservação com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra. A análise técnica demonstra que o parcelamento da solução (separar a mão de obra do fornecimento de materiais/equipamentos) traria riscos relevantes à adequada execução contratual e onerosidade excessiva à Administração, conforme detalhado a seguir:

9.2. DA NATUREZA ACESSÓRIA DOS INSUMOS NA IN 05/2017 (MÓDULO 5)

9.2.1. A Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, que rege a contratação de serviços sob o regime de execução indireta, estabelece em seu Anexo VIID (Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços) a estrutura de composição do preço do serviço. Nesta estrutura normativa, os materiais e equipamentos não são tratados como "aquisição de bens" autônoma, mas sim alocados no Módulo 5 (Insumos Diversos). Isso evidencia a sistemática adotada pela IN SEGES/MPDG nº 05/2017 em que os insumos são instrumentais e acessórios à prestação do serviço principal. Fragmentar a contratação violaria a lógica de composição de custos da IN 05/2017, criando um cenário onde a Administração teria que gerir contratos de fornecimento (compras) para subsidiar um contrato de serviços, desvirtuando a natureza da terceirização, que é transferir ao particular a execução material e logística da atividade-meio.

9.3. DA INTERDEPENDÊNCIA TÉCNICA E UNICIDADE DE RESPONSABILIDADE

9.3.1. A prestação dos serviços de limpeza e conservação configura uma obrigação de resultado (ambientes higienizados e conservados) e não apenas de meio (fornecimento de pessoas).

9.3.2. A qualidade final do serviço depende da perfeita sintonia entre a qualificação da mão de obra e a tecnologia dos insumos utilizados.

9.3.3. Risco do Parcelamento: Ao contratar empresas distintas, cria-se uma "zona cinzenta" de responsabilidade. Em caso de má qualidade na limpeza,

a empresa de mão de obra poderia alegar ineficácia dos produtos químicos fornecidos por terceiros, enquanto a fornecedora de materiais alegaria imperícia na aplicação.

9.3.4. Vantagem da Unicidade: Ao concentrar o objeto, a Contratada assume a responsabilidade integral pelo resultado. Cabe a ela garantir que o produto X é adequado para a máquina Y operada pelo funcionário Z. Isso simplifica a fiscalização (Instrumento de Medição de Resultado -IMR), pois a Administração avalia o "ambiente limpo", sem precisar auditar se a falha foi do sabão ou do servente.

9.4. DA MITIGAÇÃO DE RISCOS TRABALHISTAS E DE SEGURANÇA (EPIs E EPCs)

9.4.1. O contrato prevê o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e é obrigação intransferível do empregador (NR-6).

9.4.2. Não é juridicamente viável parcelar o fornecimento de EPIs, uma vez que a integridade física do trabalhador deve ser levada em conta. Separar a mão de obra dos equipamentos de segurança geraria um potencial incremento de riscos trabalhistas e de responsabilização subsidiária para a Administração Pública em caso de acidentes e incompatibilidade de equipamentos.

9.5. CONCLUSÃO QUANTO AO NÃO PARCELAMENTO

9.5.1. Sob a ótica econômica e da racionalidade administrativa, a modelagem de contratação integrada mostra-se mais adequada à realidade operacional da demanda, considerando seu dimensionamento: trata-se da contratação de serviços de limpeza focados exclusivamente em banheiros, executados por um único posto de trabalho (um único funcionário).

9.5.2. Fragmentar este certame em dois grupos independentes (um para o serviço e outro para insumos/equipamentos), nos moldes sugeridos no Parecer nº 00189/2026/CJTER-EST/SCGP/CGU/AGU (p. 1), mostra-se potencialmente incompatível com o princípio da eficiência administrativa e a busca pelo ganho de escala preconizados pelo Acórdão nº 2529/2021-TCU-Plenário. O custo administrativo para gerenciar, fiscalizar e processar os atos de liquidação e pagamento de dois contratos distintos superaria flagrantemente qualquer suposto benefício financeiro de uma disputa isolada de insumos. Ademais, a unificação em lote único transfere o risco logístico integral ao particular, garantindo que o posto de trabalho não fique ocioso por eventual descompasso ou atraso na entrega de materiais por uma segunda empresa contratada.

9.5.3. Ademais, quanto à alegada restrição de mercado por conta da aglutinação, a análise empírica de contratações de idêntico objeto demonstra que o modelo adunado preserva a ampla competitividade e a forte inserção de pequenos negócios. Em licitações recentes extraiu-se expressiva participação:

9.5.3.1. Pregão Eletrônico nº 90001/2026 (UASG 160313 - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército/RJ), com 49 licitantes, sendo 25 ME/EPP;

9.5.3.2. Pregão Eletrônico nº 90001/2026 (Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Oeste - CMO), com 20 licitantes, sendo 13 ME/EPP;

9.5.3.3. Pregão Eletrônico nº 90017/2026 (UASG 160118 - Comando da 4ª Região Militar), com 35 licitantes, sendo 24 ME/EPP.

9.5.4. Configura-se, portanto, o cumprimento do duplo ônus motivacional exigido pelo Tribunal de Contas da União: restou provado que a aglutinação não frustra a competitividade do mercado e que a unicidade do lote promove a máxima eficiência e economicidade para a Administração Pública.

9.5.5. Portanto, recomenda-se a Licitação Global, abrangendo a prestação de serviços de mão de obra com dedicação exclusiva, juntamente com o fornecimento de todos os materiais, insumos e equipamentos necessários, garantindo a padronização, a eficiência logística e a segurança jurídica da contratação, em total alinhamento com a IN 05/2017 e a jurisprudência do TCU.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Esta contratação atende diretrizes específicas no que concerne à implantação da racionalização administrativa e a consequente racionalização das estruturas organizacionais em termos de implantação das Bases de Administração e Apoio.

11.2 Esta contratação está baseada na análise da contratação em Organizações Militares na Guarnição de Campo Grande, dessa forma os dados referentes à área a ser limpa, a quantidade de materiais e equipamentos, foram estimados conforme série utilizada em contratação anterior.

11.3 Os requisitos ora estabelecidos também têm seus parâmetros na experiência observada na realização do contrato nº 45/2024, cuja vigência se encerrasse em Dezembro de 2025.

11.4 A contratação em tela encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual de 2025/2026 do Comando Militar do 3º Grupamento de Engenharia.

11.5. A contratação em tela, está em conformidade e alinhada com a Diretriz Estratégica do **PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL**, conforme Objetivo Estratégico nº 5 (OE5) - Gerir as atividades de manutenção de bens imóveis, conservação, reparação e modernização da infraestrutura das áreas, instalações e equipamentos de uso comum, a fim de atender adequadamente às demandas das Organizações Militares do Forte Pantanal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação do serviço de limpeza e conservação visa a obtenção de condições adequadas de salubridade e higiene. O serviço será prestado com o fornecimento de materiais e equipamentos em conformidade com os requisitos e condições previamente estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar, na forma de execução indireta e regime de empreitada por preço global.

12.2 Os serviços continuados de limpeza e conservação são essenciais para que os militares e servidores civis possam desempenhar suas atividades regimentais a contento e para proporcionar condições para recebimento do público em geral, mantendo as condições mínimas de saneamento e salubridade ambientais, bem como para a preservação do patrimônio público. Ressalte-se que a interrupção de serviços desta natureza implica em sérios transtornos e compromete o funcionamento regular da unidade.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não são necessárias providências em termos de adequação do espaço físico ou infraestrutura por parte da Administração para a execução dos serviços em tela.

13.2 Ao final da licitação, os fiscais do contrato serão comunicados e orientados a respeito de todos os requisitos da contratação, de forma a estarem aptos para fiscalizar o contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não se vislumbra grandes riscos potenciais de impactos ambientais para a referida contratação, desde que rigorosamente observadas as precauções abaixo elencadas, que deverão ser observadas e seguidas.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS	PRECAUÇÕES A SEREM EXIGIDAS PELA CONTRATANTE
A contratada utilizar para as limpezas materiais não biodegradáveis.	Constar das obrigações da contratada a utilização de desengraxantes, desincrustantes e bactericidas deverão ser biodegradáveis e aprovados nos órgãos fiscalizadores.
Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que não obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.	Constar das obrigações da contratada a utilização de produtos que deverão obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
Desperdício de água tratada pelos funcionários da contratada.	Constar das obrigações da contratada a adoção de medidas para evitar Desperdício de água tratada.
Utilização pela contratada de equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.	Constar das obrigações da contratada o fornecimento aos empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.
A contratada prestando o serviço em desacordo com as normas ambientais vigentes no tocante aos procedimentos de redução do consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos.	Constar das obrigações da contratada a realização pelos funcionários de um programa interno de treinamento de seus empregados no tocante a redução do consumo de energia elétrica, do consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Justificativa da Viabilidade Diante de tudo que foi exposto e da real necessidade da contratação de empresa para realização de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, esta Equipe é de parecer que a contratação é viável e economicamente vantajosa para a administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE CARLOS SOARES LIMA

Equipe Planejamento

ALEXANDRE DINIZ DOS SANTOS GIRAÓ

Membro da Equipe de Planejamento

VIVALDO GUIMARAES DE VASCONCELOS

Chefe da Equipe Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Modelo de LTCAT.pdf (130.86 KB)
- Anexo II - Agentes Nocivos - ANEXO-IV-DECRETO-3048-06-MAIO-1999.pdf (300.03 KB)
- Anexo III - MS - Extrato Convenção Coletiva.pdf (116.7 KB)
- Anexo IV - Dec7.425-Reajuste-Tarifario-14.03.24 - Tranposrte Coletivo.pdf (105.84 KB)
- Anexo V - D11864 reajute salário mínimo.pdf (71.94 KB)